

Efeito metropolitano e cultura política: novas modalidades de exercício da cidadania na metrópole de Lisboa*

Metropolitan effect and political culture: new forms
of exercising citizenship in the metropolis of Lisbon

Manuel Villaverde Cabral

Resumo

Desde o final do século passado vem se falando de um desengajamento em relação à democracia. Na realidade, não se trata de desencanto com os valores democráticos, mas sim com o desempenho da classe política e dos atuais regimes representativos. O autor tem estado envolvido numa pesquisa sistemática sobre as principais dimensões do conceito de cidadania política e sobre os obstáculos objetivos e subjetivos ao seu pleno exercício. Neste capítulo, pretende-se explorar o impacto da metropolização sobre o conjunto de questões envolvidas no exercício dos direitos cívicos e políticos. A capital portuguesa, Lisboa, é assim estudada na perspectiva das relações entre metrópole e cultura política, de modo a averiguar a existência ou não de um efeito metropolitano específico sobre o exercício individual da cidadania.

Palavras-chave: cidadania; cultura política; metrópole; efeito metropolitano.

Abstract

Since the early 1990s many authors have been talking about a disengagement from democracy. Actually, there is no popular disenchantment with democratic values, but with the performance of politicians and of the representative system. The author has been involved in a systematic research on the main dimensions of the concept of political citizenship as well as the objective and subjective obstacles to its full exercise. In this paper, the impact of metropolisation upon the whole set of issues involved in the exercise of civic and political rights is explored. The Portuguese capital, Lisbon, is thus studied in the perspective of the relationship between metropolis and political culture, in order to show whether there is a specific metropolitan effect on the individual exercise of citizenship.

Keywords: *citizenship; political culture; metropolis; metropolitan effect.*

Enquadramento teórico e metodológico

Embora os direitos de cidadania sejam habitualmente valorizados pela teoria democrática, nem sempre as condições que permitem o seu pleno exercício atraíram no passado a atenção que têm vindo a adquirir na última década e meia. Existe, na realidade, um longo lapso de tempo entre o clássico de Marshall (1950) e a reativação dos estudos sobre a cidadania com os livros de Bryan Turner (1993, 1994). E não se trata apenas de um lapso temporal mas também teórico, já que o interesse atual por estas questões despertou de forma totalmente diversa à abordagem positiva de Marshall num momento em que os direitos cívicos e políticos estavam precisamente a ser reforçados, a seguir à 2ª Guerra Mundial, pela consolidação dos direitos sociais nas sociedades mais desenvolvidas; em contraste com isso, as abordagens atuais partem da observação de um défice crescente da participação política convencional, assim como do declínio da identificação com instituições democráticas tais como os partidos e parlamentos.

Efetivamente, pelo menos desde o início dos anos 90 do século XX que se observam diversas formas de “desengajamento em relação à democracia” (Johnston, 1993), o qual revelou ser, na realidade, não propriamente um desencanto com os valores democráticos enquanto tais, mas sim com o desempenho da classe política e da maioria dos atuais regimes representativos, colocando desde logo um problema de “auditoria democrática” (Beetham, 1994). Eu próprio tenho estado envolvido desde então numa pesquisa sistemática acerca das

principais dimensões envolvidas no conceito de cidadania política, bem como dos obstáculos objetivos e subjetivos ao seu pleno exercício, desde os direitos sociais e a equidade do sistema de recompensas socioeconômicas até à literacia e à representação partidária, passando pela distância ao poder entre governantes e governados, com ênfase recente numa perspectiva histórica e comparativa entre Portugal e Brasil (Cabral, 1997; 1998a; 2000; 2001a; 2001b; 2003; 2004a; 2006).

No presente texto, pretendo explorar agora o impacto da urbanização e daquilo que a literatura norte-americana designa por *urban sprawl*, correspondente a formas variadas de suburbanização e periferização, frequentemente diversas das prevalentes nos Estados Unidos, em suma: explorar as consequências da metropolização das grandes aglomerações urbanas contemporâneas sobre o mesmo conjunto de questões envolvidas no exercício dos direitos cívicos e políticos. Dito de outro modo, pretende-se não só averiguar a existência ou não de um efeito metropolitano sobre o exercício da cidadania, como explorar também as eventuais relações entre as grandes metrópoles e a cultura política atual. Com a importante exceção de Robert Putnam (2000), a literatura corrente tem tido pouco a dizer sobre os efeitos positivos e negativos que a vida metropolitana possa exercer sobre o exercício efetivo da cidadania assim como as suas modalidades específicas.

Na verdade, a dimensão urbana da cidadania, embora crucial nas primeiras formulações do conceito, como em Max Weber (1958 [1921]), perdeu importância na literatura recente, especialmente naquela que se baseia em dados de pesquisas quantitativas (*surveys*)

que pretendem captar a formação e o exercício da cidadania ao nível nacional e internacional (*cross national*), como tem vindo a acontecer desde o início dos estudos quantitativos sobre a cultura política (Almond e Verba, 1963; 1980). Veremos, contudo, que a vida urbana enquanto tal, pelo menos no que diz respeito à área metropolitana de Lisboa, tem um impacto mensurável tanto na dimensão da ação coletiva como nas concepções dos direitos e deveres cívicos, e ainda nas diferentes modalidades de exercício da cidadania. Com efeito, o nosso projeto tem o objetivo de revisitar com novas bases empíricas as teses segundo as quais o exercício da cidadania é não só favorecido pelo modo de vida urbano como constitui, na realidade, uma manifestação fenomenológica do urbanismo no sentido sociológico clássico (Wirth, 1938).

Simultaneamente, teremos oportunidade de testar tendências contrárias à manifestação da cidadania que levaram autores como Robert Putnam a acreditar que determinadas evoluções recentes das grandes aglomerações urbanas, tais como a transformação de muitas cidades modernas em enormes áreas metropolitanas substancialmente diversas daquelas cidades que estiveram na origem da teoria de Weber e da sociologia urbana clássica de Simmel a Park (Grafmeyer e Joseph, 2004), estariam de fato a gerar efeitos opostos à produção de capital social e à manutenção daquelas redes de solidariedade que contribuíam para favorecer as modalidades convencionais do exercício da cidadania (Putnam, 2000).

A isto acresce a necessidade de estudar todas estas tendências e contratendências não só nas sociedades onde convencionalmente prevaleceria a chamada cultura cívica, mas

também em formações sociais com tradições políticas que se afastam da corrente demoliberal dominante nos estudos de cidadania, em suma, sociedades como a portuguesa e a brasileira, mas também a espanhola e a italiana por exemplo (Alabart, Garcia e Giner, 1994). Por último, teremos ainda em conta as críticas teóricas (Cohen e Arato, 1992, pp. 177-341) e sociológicas (Alexander, 1998) às visões convencionais – na realidade, idealizadas – da chamada sociedade civil. Em derradeira instância, o objetivo do estudo é contribuir para um melhor entendimento do exercício da cidadania e do papel que as populações urbanas e metropolitanas desempenham na vida cívica e política. Os debates correntes sobre a teoria democrática poderão também beneficiar das nossas aquisições, nomeadamente em democracias da “terceira vaga”, como Portugal e o Brasil.

A composição sociodemográfica da metrópole de Lisboa¹

É importante conhecer a composição da população metropolitana, por contraste com a restante população portuguesa, porquanto é previsível que muitas das diferenças de atitudes e comportamentos entre a metrópole e o resto do país se devam, precisamente, às diferentes composições demográficas e socioculturais de cada um dos conjuntos. Com efeito, só poderemos falar de um autêntico efeito-metrópole na medida em que o simples contraste entre viver ou não na metrópole venha a se verificar necessário, estatisticamente, para explicar as diferenças que subsistirem depois de os impactos

Tabela 1 – Classe social²

Percentagens (%)	Metrópole de Lisboa	Portugal não metropolitano	Portugal (média ponderada)
Burguesia	8.9	7.9	8.6
Nova burguesia assalariada	19.5	10.9	14.8
Pequena burguesia tradicional	2.8	3.4	3.2
Salariato não manual	36.0	25.5	27.9
Trab. manuais independentes	3.7	9.7	8.0
Salariato manual	29.0	42.8	37.6
Total	100	100	100
N	830	746	1.575

$\chi^2 = 75.99; p < .000$

das restantes variáveis sociodemográficas das respectivas populações. Portanto, é necessário ter consciência que estas populações diferem de forma significativa a quase todos os níveis relevantes.

A composição de classe, para começar, é muito diversa, residindo as diferenças mais significativas no fato de as duas categorias típicas da modernidade – a nova burguesia assalariada e o salariato terciário, por contraste sobretudo com os trabalhadores manuais (assalariados e independentes) – terem muito mais peso na população metropolitana do que no resto do país: 55,5% contra 35,5%; inversamente, os trabalhadores manuais representam apenas um terço da população na metrópole contra 52,5% no resto do país. Vale a pena notar que, dentro do conjunto metropolitano, há diferenças significativas quanto à composição de classe entre o centro (concelho de Lisboa) e a periferia (agrupando os demais 11 concelhos por impossibilidade amostral de distinguir entre eles), apresentando a periferia uma percentagem muito superior de trabalhadores assalariados, sejam manuais ou não manuais, exatamente 66%.³

Uma nota suplementar de extrema importância acerca da composição social da população metropolitana é o fato de ela contar hoje com a presença de 14,5% de pessoas de nacionalidade estrangeira (contra apenas 2% fora da metrópole lisboeta), na sua grande maioria trabalhadores imigrantes e seus familiares. Também aqui é notória a diferença entre o centro e a periferia da metrópole, com 5% de imigrantes no primeiro e 16% na segunda.⁴ Se é certo que este segmento populacional contribui para conferir à metrópole de Lisboa esse cosmopolitismo que tipifica as megacidades atuais, nem por isso a difusão do multiculturalismo deixa de entrar em contradição com as modalidades de exercício da cidadania associadas às sociedades étnica e culturalmente homogêneas.

Esta é apenas a primeira manifestação da operação simultânea, nas áreas metropolitanas contemporâneas, de fatores favoráveis e fatores desfavoráveis ao exercício da cidadania demoliberal convencional, como veremos mais adiante. Note-se, contudo, que as diferenças objetivas na composição social da população metropolitana e no resto do país só em parte é

Tabela 2 – Nível de instrução

Percentagens (%)	Metrópole de Lisboa	Portugal não metropolitano	Portugal (média ponderada)
Nenhum	16.7	20.5	18.6
Até ao 1º Ciclo	24.7	38.4	21.2
Até ao 3º Ciclo	14.0	14.5	15.1
Secundário	25.4	16.8	20.4
Superior	19.2	9.8	14.7
Total	100	100	100
N	845	756	1.601

$\chi^2 = 65.21$; $p < .000$

<i>Média (0 – nenhum a 4 – superior)</i>	<i>2.05*</i>	<i>1.57*</i>	<i>1.82</i>
--	--------------	--------------	-------------

*Teste: $t(1599) = 7.34$; $p < .000$

reconhecida, subjetivamente, pelos inquiridos. A previsível concentração subjetiva em torno das classes médias é, afinal, o reflexo do chamado efeito de classe média induzido pela mobilidade social e pela desindustrialização, mas também pelos padrões do consumo de massas e da exposição aos meios de comunicação igualmente massificados (Estanque, 2003; Cabral, a publicar).

Previsivelmente, esta composição de classe aponta no sentido de a população metropolitana possuir, em média, níveis de instrução francamente superiores aos do resto do país: quase 20% de diplomados do ensino superior contra menos de 10% fora da metrópole e 44,6% nas duas categorias superiores contra 26,5% no resto do país. Reproduzindo as diferenças já observadas entre centro e periferia, esta última apresenta previsivelmente menos pessoas com nível superior de instrução (17,6%) do que o concelho de Lisboa (43,6%)⁵. Numa escala de 0 a 4 níveis, a média situa-se em 2.05 na região metropolitana e 1.57 no resto do país, apesar da universalização e da descentralização do aparelho escolar. Demonstra

isto, se necessário fosse, a capacidade da cidade – para mais, capital do país e antiga sede do império colonial – para captar e reproduzir recursos humanos qualificados em função da sua estrutura econômica e político-administrativa. Esses traços combinados da população metropolitana sustentam, sociologicamente, uma maior exposição à vida política, bem como uma maior propensão para o envolvimento na esfera pública. O mesmo acontece com as diferenças de rendimento, que se correlacionam com padrões atitudinais e comportamentais similares, como veremos mais tarde.

Composição cívica e cultural

Porém, as diferenças na composição das duas populações não são apenas de ordem socio-demográfica e econômica; são também de natureza cultural em sentido forte: valores que implicam por seu turno atitudes e comportamentos. É a este nível que vão operar as teorias sobre a especificidade da vida urbana, tais como as expostas por Simmel (1903; 1909), Park

Tabela 3 – Estado civil

Percentagens (%)	Metrópole de Lisboa	Portugal não metropolitano	Portugal (média ponderada)
Casado(a)	48.7	60.9	56.9
Viúvo(a)	11.2	13.3	12.2
Divorciado(a)	6.0	4.6	4.9
Separado(a)	1.8	0.8	1.0
Solteiro(a)	32.4	20.3	25.0
Total	100	100	100
N	840	757	1.598

$\chi^2 = 38.34$; $p < .000$

(1925; 1926; 1929) e Wirth (1938), ao chamarem a atenção para a estimulação nervosa⁶ e a diversidade de experiências que concorrem na grande cidade, em contraste com as tendências simultâneas para o *bowling alone*, igualmente próprio da metrópole e ao qual Putnam alude no título do seu livro. Uma vez mais, estamos diante da vida metropolitana enquanto combinatória de efeitos positivos e negativos para o desenvolvimento de atividades individuais e coletivas habitualmente associadas à participação ativa na esfera pública.

Com efeito, independente da estrutura etária, a propensão da população metropolitana para a conjugalidade convencional é significativamente menor do que no resto do país. Demonstra-se assim, por contraste, que um dos traços característicos da vida nas grandes metrópoles modernas reside no peso que nelas têm as pessoas isoladas, sobretudo entre os jovens, ou seja, exclusive dos viúvos e viúvas que predominam nos meios pequenos. Agregando solteiros, divorciados e separados, verifica-se que o peso desta categoria sociológica dos

isolados é superior a 40% na metrópole de Lisboa contra menos de 28% no resto do país, onde os casados e viúvos se elevam a perto de três quartos da população contra menos de 60% na metrópole. Para os homens a diferença é ainda maior!

Ora, do ponto de vista da participação cívica e da mobilização política, sabemos desde Durkheim que a anomia tende a prevalecer entre as pessoas isoladas, imigrantes por exemplo, que se revelam, tudo ponderado, menos proeminentes na esfera cívica do que os indivíduos com laços familiares e locais mais fortes. Tipicamente, em Portugal os casados votam mais do que os solteiros e divorciados (Cabral, 1998a). De novo se verifica, pois, como acontecia com as situações de multiculturalismo étnico e religioso, a operação de fatores metropolitanos que jogam contra o exercício das modalidades convencionais da cidadania política, como é o caso do celibato e do isolamento, por seu turno correspondentes à metáfora do *bowling alone*, como à do próprio estrangeiro (Simmel, 1909).

Tabela 4 – Prática religiosa

Percentagens (%)	Lisboa	Portugal não metropolitano	Portugal (média ponderada)
Prática religiosa nula	33.5	14.9	19.9
Prática religiosa rara	41.6	34.6	37.0
Prática religiosa irregular	10.4	18.0	15.6
Prática religiosa regular	14.5	32.5	27.5
Total	100	100	100
N	846	757	1.602

$\chi^2 = 132.93$; $p < .000$

<i>Média (1 – nula a 4 – regular)</i>	<i>2.06*</i>	<i>2.68*</i>	<i>2.51</i>
---------------------------------------	--------------	--------------	-------------

* Teste: $t(1601) = -11.81$; $p < .000$

Outro fator de ordem cultural, ligado de resto à mobilidade espacial e à menor propensão para constituir agregados familiares tradicionais, distingue de forma muito significativa a população metropolitana e a do resto do país. É a prática religiosa. De acordo com a teoria convencional da secularização, a metrópole de Lisboa, além de estar culturalmente integrada na região meridional do país, historicamente caracterizada pela fraca implantação das estruturas da igreja católica, é conhecida há mais de um século pelos observadores contemporâneos como acentuadamente secularizada, tendo mesmo sido palco de continuadas manifestações anticlericais (Cabral, 1979). Num sociedade como a portuguesa, marcada por práticas religiosas comparativamente elevadas e pela forte influência do catolicismo (Cabral, 1998a), a metrópole lisboeta destaca-se, portanto, pelo fato de a prática religiosa regular ser inferior a metade e a prática nula mais do dobro do resto do país, incluindo o Sul. A diferença entre o centro e a periferia da metrópole é pequena mas significativa, sendo a prática

média de 2.08 nesta última e no centro menor ainda (1.84).⁷

Não surpreende pois que, dada a ligação histórica inversa entre religiosidade católica e progressismo político, os cidadãos da metrópole se situem francamente à esquerda dos do resto do país, incluindo mais uma vez os do Sul, na habitual escala Esquerda/Direita (4.70 contra 5.17), sendo de notar a elevada percentagem de entrevistados, sobretudo fora de Lisboa mas também na metrópole, que recusaram situar-se nesta escala. Em compensação, a percentagem de entrevistados que não se identifica com qualquer formação do espectro partidário nacional é francamente superior entre os residentes na região metropolitana (perto de 44%) do que no resto do país (cerca de 32%), o que constitui desde logo um indício de autonomia, senão mesmo de rebeldia, em relação à oferta partidária, de acordo com o modelo do cidadão crítico (Norris, 1999). Note-se, contudo, que isso se deve sobretudo à população da periferia, que a este respeito se mostra muito mais rebelde do que a do centro da metrópole.⁸

Assim, embora a orientação ideológica à esquerda esteja historicamente associada ao exercício ativo da cidadania, não deixa de ser exato que a anomia urbana, bem como a secularização e talvez a quebra da identificação partidária, contribuem negativamente, em concurso com outros fatores identificados por Putnam (2000), como por exemplo o *urban sprawl*, para a integração social e a formação de redes de confiança e participação habitualmente associadas à geração de capital social e à mobilização cívica e política. Podemos deste modo aperceber-nos já de que, na grande metrópole moderna, devido às suas próprias características de modernidade, cujas dimensões psicossociológicas foram admiravelmente identificadas por Simmel e por Walter Benjamin (1986 [1935]), há fatores contrários operando em simultâneo, por assim dizer, a favor e contra o envolvimento cidadão na esfera pública e na vida política.

É isso que sucede a nível da participação eleitoral, que tende atualmente a ser menor na metrópole do que fora dela.⁹ O mesmo acontece com os valores convencionalmente associados aos chamados deveres do “bom cidadão”. Temos aqui várias linhas de interpretação, possivelmente operando mais uma vez em simultâneo: por um lado, maior tendência dos residentes na metrópole, por causa do seu capital social e cultural comparativamente maior, para se entregar ao “cinismo político” ou, então, para resistir à “espiral do silêncio” (Noelle-Neuman, 1995), ou seja, para ter menor relutância em admitir publicamente o desrespeito pelo dever cívico de votar; por outro lado, no resto do país, é possível que a população revele maior disposição, pelo menos

verbal, para interiorizar as normas demoliberais, como veremos a seguir.

Os deveres e os direitos do “bom cidadão”

Dependendo daquilo que se entenda por “bom cidadão”, acabamos de ver que os cidadãos lisboetas, apesar de possuírem em maior grau do que os do resto do país muitos dos atributos sociodemográficos associados ao exercício da cidadania, mas também alguns desfavoráveis a isso, assumem mais facilmente do que a população não metropolitana a dissensão relativamente às normas demoliberais.

Em todo o caso, se é difícil dirimir a questão da maior ou menor orientação cívica dos residentes na metrópole, sendo exato que não é só ao nível dos valores mas também das práticas que eles votam menos do que no resto do país, já não é verdade que participem menos em associações nem há motivo para pensar que são menos vigilantes em relação à atividade governamental, ao contrário do que dão a entender quando aderem verbalmente menos do que os outros inquiridos àquelas normas cívicas. Embora a maioria das diferenças observadas não seja estatisticamente significativa, os cidadãos metropolitanos tendem sistematicamente a aderir de forma mais reservada aos valores demoliberais do que os do resto do país no que diz respeito às atitudes esperadas do “bom cidadão”, mesmo quando sabemos que os seus comportamentos efetivos não são menos cívicos, antes pelo contrário, do que os dos outros portugueses.

Tabela 5 – Deveres do bom cidadão

<i>Escala: 1-não importante 7-muito importante</i> (médias)	Metrópole de Lisboa	Portugal não metropolitano	<i>Teste -t</i>	Portugal (média ponderada)
Votar sempre nas eleições N	5.89 843	6.00 746	n.s.	5.97 1584
Nunca tentar fugir aos impostos N	6.23 840	6.27 746	n.s.	6.26 1580
Obedecer sempre as leis e regulamentos N	6.30 843	6.33 744	n.s.	6.32 1580
Manter-se atento à atividade do governo N	5.75 836	5.90 708	t(1542)= -2.39; <i>p</i> <.01	5.89 1519
Participar nas organizações sociais ou políticas N	4.67 836	4.91 709	t(1543)= -2.75; <i>p</i> <.01	4.88 1523
Tentar compreender diferentes opiniões N	5.92 842	6.00 743	n.s.	5.99 1578
Usar produtos bons para a natureza, mesmo que caros N	5.50 835	5.64 724	n.s.	5.62 1545
Ajudar pessoas em Portugal, que vivem pior N	6.04 839	6.15 749	n.s.	6.13 1585
Ajudar pessoas do resto do mundo que vivem pior N	5.70 836	5.83 732	n.s.	5.81 1557
Disposto a prestar serviço militar N	4.82 802	4.90 680	n.s.	4.87 1461

A importância atribuída a cada um dos deveres enunciados é, de resto, muito semelhante e bastante alta, sendo de notar que, tanto para os habitantes da metrópole como para os outros, a participação cívica e a vigilância política são dos deveres menos valorizados por ambas as populações, indiciando as baixas percentagens que viremos a encontrar nestes domínios. Os deveres mais interiorizados são, tanto para uns como para outros, a obediência à lei e o pagamento dos impostos, mas não atingem os valores extremamente elevados que se observam em países de cultura cívica arreigada.¹⁰ Reminiscência das guerras coloniais nas décadas de '60 e '70 ou de atitudes mais arreigadas no passado rural, a prestação do serviço militar é dos deveres menos

interiorizados pelo conjunto das população, sobretudo fora da metrópole; nesta última, o dever menos interiorizado é a participação cívica, o que poderá refletir o distanciamento ante a oferta partidária ao qual nos referimos há pouco, embora não tenha, comparativamente ao resto do país, tradução nos comportamentos.

Do mesmo modo que ante os deveres, os cidadãos metropolitanos também interiorizaram menos os seus direitos, verbalmente pelo menos, do que os do resto do país. É difícil dizer se é a população metropolitana que exhibe, comparativamente, maior grau de cinismo político ou, com igual probabilidade, se são os outros entrevistados que revelam menor sofisticação e maior pressa, por assim dizer, em aderir às normas demoliberaes veiculadas pelas

Tabela 6 – Direitos dos cidadãos

<i>Escala: 1-nada importante a 7-muito importante</i> (médias)	Metrópole de Lisboa	Portugal não metropolitano	<i>Teste -t</i>	Portugal (média ponderada)
Nível de vida digno N	6.64 846	6.71 755	n.s.	6.69 1600
Autoridades respeitarem os direitos de minorias N	6.41 843	6.54 476	t(1588)=-2.77; p<.01	6.51 1586
Autoridades tratarem todas as pessoas por igual N	6.54 845	6.62 751	n.s.	6.61 1593
Políticos escutarem os cidadãos N	6.40 846	6.62 747	t(1591)= -5.17; p<.000	6.56 1589
Ter mais oportunidade de participar nas decisões de interesse público N	6.24 842	6.43 734	t(1574)= -3.75; p<.000	6.39 1566
Participar em ações de desobediência civil quando se está contra as ações governamentais N	5.03 816	5.66 663	t(1478)= -7.31; p<.000	5.49 1443

elites e pela comunicação social, de acordo com os mecanismos da “espiral do silêncio”. Seja como for, esta última pesa sobre ambas as populações, as quais apresentam, como anteriormente, um ordenamento muito semelhante dos valores e lhes atribui sempre elevada importância.

Contudo, as diferenças entre elas são graficamente exemplificadas pelo fato de, apesar de os residentes na metrópole valorizarem menos do que os outros o direito a “ter mais oportunidades de participar em decisões de interesse público”, são eles quem mais recorre, na prática, a esse direito, como veremos adiante. Portanto, tanto no plano dos “deveres” como no dos “direitos”, a adesão verbal às normas demoliberais prevalece sistematicamente entre aquela população, não metropolitana, que menos revela identificar-se com eles

na prática, surgindo assim o “cinismo político” aparente dos residentes na metrópole como uma manifestação do “cidadão crítico”, afinal mais associado e mobilizado do que no resto do país.

Dito isto, ambas as populações consideram que o primeiro direito dos cidadãos é “um nível de vida digno”, o que não só confirma a mitigada adesão da população portuguesa aos valores pós-materialistas, como constitui um efetivo desvio à norma demoliberal, segundo a qual a liberdade, designadamente a liberdade de organização e de protesto, é supostamente o mais alto valor democrático. O segundo direito mais valorizado por ambas é “o tratamento igual por parte das autoridades”, o que indicia indiretamente a reivindicação de mais equidade processual (Vala e Marinho, 2003), uma vez mais com prioridade sobre a liberdade.

Atributos políticos das populações metropolitanas e não metropolitanas

Por atributos políticos, entendemos propriedades tais como a compreensão e a eficácia políticas, que por seu turno configuram o próprio interesse pela vida pública e a atenção à vida política, as quais medeiam, por assim dizer, entre os caracteres sociodemográficos, econômicos e culturais, e as atitudes e comportamentos políticos propriamente ditos. De uma forma geral, as médias são superiores na metrópole mas, ao contrário do que se poderia esperar, o sentimento de eficácia política é baixo tanto na metrópole como no resto do país e as diferenças observadas, embora no sentido previsível, não são estatisticamente significativas. Em compensação, a população metropolitana considera-se melhor informada sobre os principais acontecimentos políticos do país do que os restantes cidadãos, devido entre outras razões à sua proximidade física e social aos diversos organismos do Estado (maioritariamente localizados em Lisboa), mas a verdade é que, em agregado, a compreensão política dos dois universos não apresenta diferenças estatisticamente significativas. Ambos partilham um acentuado sentimento de impotência e alheamento em relação ao processo político-partidário.

Algo de semelhante se passa com a confiança política, isto é, a confiança declarada nos agentes partidários e governamentais. Ainda que ambas as populações apresentem graus elevados de desconfiança no pessoal político, registam-se entre os habitantes da metrópole graus de cinismo político superiores aos do resto da população, especialmente na periferia

da metrópole, onde a média, numa escala de 1 (confiança mínima) a 5 (confiança máxima), é de 2.12 contra 2.47 no centro.¹¹ A avaliação da democracia, feita de forma genérica, sem referência ao desempenho concreto do regime português, situa-se ligeiramente acima da média, mas também não diferencia a população metropolitana e não metropolitana; em compensação, diferencia a população do centro da metrópole e a periferia, onde a avaliação é francamente mais negativa: 5.63 contra 6.30 numa escala de 1-10.¹² Em suma, a relativa indiferenciação entre as populações, bem como os níveis baixos de compreensão, eficácia e confiança políticas podem ser interpretados como sintomas da crise da representação política (Porras Nadales, 1996), à qual tenho aludido no caso de Portugal (Cabral, 2004b).

Socialização política e confiança social

Obviamente, isso dever-se-á também à socialização e à experiência políticas dos portugueses. Estas questões não foram inquiridas no módulo do ISSP, mas foram testadas no módulo especial aplicado em Portugal e no Brasil.¹³ Embora as diferenças entre os residentes na metrópole de Lisboa e fora dela sejam relevantes, elas acabam por não ter mais impacto do que as variáveis anteriores nas análises finais.

Dois indicadores diretos sobre a socialização para a vida política recebida na adolescência e juventude, junto da família e na escola, apontam para níveis de motivação muito baixos, mas que mesmo assim diferenciam claramente os universos metropolitano e não

Tabela 7 – Socialização primária

Escala: 0 - baixa a 3 – elevado	Metrópole de Lisboa	Portugal não metropolitano	Portugal
Média	0.91 *	0.67*	0.78
N	817	704	1506

* Teste: $t(1519)=5.40$; $p < .000$

metropolitano no sentido esperado, isto é, uma socialização para a vida política claramente superior entre a população metropolitana à do resto do país; o mesmo acontece entre o «centro» e a «periferia» da metrópole de Lisboa, sendo a socialização política primária nesta última muito inferior à do centro (0.81 contra 1.46),¹⁴ mas mesmo assim superior à do resto do país.

Quanto à socialização secundária, há manifestamente duas variáveis que funcionam de forma inversa na metrópole e no resto do

país. No conjunto, as diferenças não são significativas, mas é importante reter que é no local de trabalho e com os familiares e amigos, sobretudo estes últimos, que os habitantes da região metropolitana de Lisboa reconstruem, por assim dizer, a sua socialização política, consideravelmente mais do que isso ocorre no resto do país, onde se fala menos de assuntos políticos, mas em compensação se usam mais as dimensões comunitárias – vizinhança e associações locais – do que na metrópole, como aliás acontece também no Brasil. Confirma-se,

Tabela 8 – Socialização secundária

<i>Falar de política...</i> (médias)	Lisboa	Portugal não metropolitano	Teste -t	Portugal (média ponderada)
... no local de trabalho N	2.09 790	1.94 721	$t(1509) = 2.91$; $p < .01$	2.01 1518
... encontros com amigos N	2.27 842	2.10 755	$t(1595) = 3.63$; $p < .000$	2.17 1597
... em casa/familiares N	2.28 845	2.17 755	$t(1598) = 2.46$; $p < .05$	2.23 1599
... reuniões associativas N	1.53 750	1.55 696	n.s.	1.56 1457
... conversas de bairro N	1.71 836	1.80 744	n.s.	1.78 1574
	Lisboa	Resto do país		Portugal
Média Escala: 1 baixa – 4 elevada	1.96*	1.89*		1.93
N	716	678		1412

Alpha de Cronbach = .86

*Teste-t = n.s.

contudo, que o fato de se viver em contexto metropolitano influencia a ressocialização política. Neste caso, a discussão política é não só uma prática mais frequente entre os cidadãos da metrópole, como também ocorre em círculos de sociabilidade mais alargados do que a família ou a vizinhança, podendo pois já falar-se de processos de geração de capital social. Não é impossível, antes pelo contrário, que a ressocialização, por exemplo em contexto laboral, influencie retrospectivamente a reconstrução da própria socialização primária (Inkeles e Smith, 1974).

Finalmente, no que diz respeito à confiança social, já sabemos através de múltiplas pesquisas que ela não é um atributo da sociedade portuguesa (Halman, 2001). Acresce que, de acordo com as teorias prevalentes a este respeito, a confiança social tende a diminuir nas grandes metrópoles, correlativamente à anomia e ao isolamento, em relação às comunidades mais pequenas. Com efeito, é isso que acontece na metrópole de Lisboa e é menor

ainda na periferia do que no centro da metrópole, o que poderá ficar a dever-se à suburbanização maciça e relativamente recente da periferia da Lisboa, onde a confiança média é de 2.24 contra 2.43 no centro da metrópole¹⁵ e 2.58 no resto do país.

Confirma-se, pois, que também em Portugal a confiança tende a diminuir com a dimensão dos aglomerados populacionais e com a metropolização. Contudo, só um indicador – *as pessoas tentarão aproveitar-se de mim* – se revelou estatisticamente discriminante, já que a consistência do índice é muito baixa. Esta quebra da confiança interpessoal seria, segundo Putnam, um fator relevante na explicação do declínio do envolvimento cívico e político nas atuais grandes áreas metropolitanas em virtude da sua fragmentação recente. Na realidade, em Portugal, a confiança não figurará entre os preditores de qualquer das nossas duas variáveis dependentes, a saber, as atitudes e práticas ante o associativismo e a automobilização.

Tabela 9 – Confiança interpessoal

	Metrópole de Lisboa	Portugal não metropolitano	Portugal
Pessoas tentam aproveitar-se de mim ou serão honestas	2.36*	2.52*	2.48
N	794	729	1536
Pessoas são de confiança ou todo o cuidado é pouco	2.18**	2.20**	2.19
N	796	742	1558

* Teste: $t(1521) = -3.97; p < .000$

** Teste-t: n.s.

O interesse pela política e as suas manifestações

O interesse pela política, independente dos fatores sociodemográficos que eventualmente o expliquem, tem revelado em múltiplas pesquisas funcionar virtualmente como uma variável independente; noutros casos, como sucede com os resultados desta pesquisa, ele não vai figurar como preditor na maioria das análises de regressão, mas manifesta-se através de alguns dos seus correlatos potenciadores, como a mobilização cognitiva e a exposição aos media informativos. Em todo o caso, como era

previsível, o interesse pela política está mais difundido na metrópole do que no resto do país, embora a diferença não seja significativa, o que se poderá explicar, porventura, pelo fato de ele estar bastante mais difundido, dentro do espaço metropolitano, no centro do que na periferia: 2.63 contra 2.16 numa escala de 1 (nenhum interesse) a 4 (muito interesse).¹⁶

A mobilização cognitiva é a designação técnica dada no Eurobarómetro, realizado regularmente pela Comissão Europeia em todos os países membros da União, a um conjunto de dois indicadores que medem a frequência com que os inquiridos falam de política e a sua propensão para tentar influenciar outras pessoas

Tabela 10 – Mobilização cognitiva

	Metrópole	Portugal não metropolitano	Portugal
Média	1.27*	1.12*	1.18
N	842	742	1578

Escala: 0 – nula a 3 – máxima

* Teste: $t(1582) = 4.09$; $p < .000$

Tabela 11 – Exposição aos *media* informativos

Médias	Metrópole	Não metrópole	Teste -t	Portugal
Lê assuntos políticos nos jornais N	1.61 845	1.33 745	$t(1588) = 4.07$; $p < .000$	1.44 1581
Vê noticiários da televisão N	3.59 846	3.62 750	n.s.	3.61 1590
Ouve noticiários da rádio N	2.01 844	1.87 748	n.s.	1.93 1587
Utiliza a Internet para saber notícias e informação política N	0.69 841	0.30 742	$t(1581) = 7.13$; $p < .000$	0.45 1575

Escala: 0 – nula a 4 – total

	Lisboa	Resto do país	Portugal
Média	1.98*	1.78*	1.86
N	841	740	1571

Alpha de Cronbach = .55

* Teste: $t(1578) = 4.96$; $p < .000$

quando estão convictos das suas opiniões ($r=.52$). Por outras palavras, trata-se de um índice psicossociológico de liderança, nomeadamente em matéria política. Previsivelmente, a presença de indivíduos com um papel de liderança nas discussões políticas é muito maior na metrópole do que no resto do país e também no centro desta última em relação à periferia.¹⁷ A mobilização cognitiva parece refletir a maior complexidade da vida metropolitana e terá, como tal, um peso elevado na predição das variáveis dependentes.

No que diz respeito à exposição aos *media*, o problema, como sabemos pela literatura mais sofisticada (Sapiro, 2002), não reside tanto no acesso a uma informação superabundante, mas sim na motivação para procurar a informação mais relevante entre o ruído constante produzido pela multiplicidade de meios de comunicação. Os habitantes da região metropolitana informam-se mais; já tínhamos visto que se consideravam de fato melhor informados e assim parece ser. Sobretudo no que diz respeito aos jornais, que têm sido o meio mais discriminante até surgir a Internet; em contrapartida, a periferia diferencia-se do centro por consumir um pouco mais informação através da televisão e muito menos através dos jornais, da rádio e da internet.¹⁸ Enquanto manifestações fenomenológicas do interesse pela

política, por sua vez potenciadoras da ação individual e coletiva, a mobilização cognitiva e a exposição aos meios de comunicação noticiosos irão surgir com bastante relevo como preditores da cidadania ativa.

Para terminar a análise da cadeia de incentivos e obstáculos que surgem no caminho da ação cívica e política, sendo certo, como nos tem lembrado uma série de autores desde Mancur Olson (1998) a Wanderley Guilherme dos Santos (1998), que a relação custo-benefício da iniciativa política é de difícil cálculo e, frequentemente, os riscos são percebidos como demasiado elevados para serem corridos, a verdade é que os atores só conhecerão o resultado das suas eventuais iniciativas depois de as tomarem. Ora, de acordo com o índice criado para o módulo luso-brasileiro utilizado neste estudo, há uma relação virtuosa ($r=.47$) entre a tomada de iniciativas e a resposta das autoridades (*responsiveness*): a expectativa de obter uma boa resposta incita a tomar iniciativas e o fato de estas se repetirem acaba por originar, *et ceteris paribus*, melhores expectativas quanto aos resultados. O índice construído é bastante grosseiro ainda, não permitindo ultrapassar a “questão do ovo e da galinha”, como acontece tipicamente na relação entre confiança e capital social (Newton, 2001), mas ele surgirá com algum poder preditivo dentro

Tabela 12 – Iniciativa e resposta política

	Lisboa	Resto do país	Portugal
Média	1.97*	1.88*	1.92
N	781	651	1407

Escala: 1 – mínima a 4 – máxima

$r=.47$

*Teste: $t(1430)=2.19$; $p < .05$

em pouco. Como seria expectável nesta fase do argumento, a propensão para tomar iniciativas de natureza cívica e política é substancialmente maior na metrópole do que fora dela, mas entre o centro da metrópole e a periferia não há diferenças significativas, sendo até marginalmente superior nesta última, em parte da qual continua a operar politicamente a tradição operária da Margem Sul.

Associativismo e automobilização

Debruçando-nos finalmente sobre os comportamentos cívicos e políticos que pretendemos explicar, as duas variáveis dependentes do presente modelo de análise são, por um lado, o associativismo, ou seja, a pertença a associa-

ções enquanto *proxy* do capital social convencional (Putnam, 1973; Field, 2003), e por outro, a automobilização, isto é, uma modalidade distinta de envolvimento cívico e político individual ou grupal em manifestações, petições, debates na internet, etc. Com estas duas noções pretende-se marcar a diferença entre, por um lado, formas relativamente passivas de envolvimento como membro de uma associação, especialmente grandes instituições históricas como os partidos políticos e os sindicatos, que se ocupam de aspectos gerais da vida social e económica; e por outro lado, formas pró-ativas de mobilização, de tipo pontual e geralmente orientadas para questões específicas (*issue-oriented*).

Como podemos ver, apesar de todos os fatores associados à vida metropolitana que operam genericamente contra o envolvimento no espaço público e a ação cívica e política, os

Tabela 13 – Associativismo

Médias	Metrópole	Portugal não metropolitano	Teste -t	Portugal
Partido político N	0.17 842	0.16 754	n.s.	0.17 1597
Sindicato, grémio ou associação profissional N	0.47 844	0.36 757	t(1599)= 2.71; p <.01	0.40 1601
Igreja ou organismo religioso N	0.82 843	0.84 754	n.s.	0.84 1597
Grupo desportivo, recreativo ou cultural N	0.59 844	0.42 756	t(1597)= 3.80; p <.001	0.48 1599
Outra associação voluntária N	0.35 838	0.27 755	t(1591) = 2.07; p <.01	0.31 1596

Escala: 0 - nunca pertenceu a 3 – participa activamente
Alpha de Cronbach=.55

	Metrópole	Portugal não metropolitano	Portugal
Média	0.48*	0.41*	0.43
N	835	749	1586

* Teste: t(1578)= 4.96; p <.000

fatores positivos da condição metropolitana revelam ser mais fortes do que os primeiros. Assim, na metrópole de Lisboa as pessoas tendem a associar-se mais do que no resto de Portugal, em especial no que diz respeito aos sindicatos e às associações profissionais, mas também em todo o gênero de agrupamentos sociais, culturais e desportivos; em compensação, não há diferenças significativas entre metrópole e não metrópole no que respeita aos partidos políticos e às associações religiosas. Entre o centro e a periferia da metrópole só a diferença na participação em associações profissionais é significativa, sendo previsivelmente mais forte no centro.¹⁹

Contrariando até certo ponto as teses de Putnam quanto à distinção entre dois tipos de

capital social – o *bonding*, de cariz identitário, e o *bridging*, que remete para redes de natureza funcional e impessoal – a população da metrópole apresenta valores mais elevados, tanto no que respeita à pertença a sindicatos ou associações profissionais (*bridging*), o que vai ao encontro do que se espera, como no caso da pertença a grupos desportivos ou culturais (tendencialmente do tipo identitário: *bonding*), o que já era menos de esperar. Por outras palavras, o tipo de associativismo não parece ajudar a distinguir as populações em análise; em contrapartida, confirma-se que quem participa mais, o faz independentemente do tipo de associação em causa. Adiante veremos os atributos e atitudes que contribuem para explicar o conjunto dos comportamentos associativos.

Tabela 14 – Automobilização

Médias	Metrópole	Portugal não metropolitano	Teste -t	Portugal
Assinar uma petição N	1.40 835	1.04 735	t(1568)= 9.13; p<.000	1.15 1562
Comprar ou não produtos por razões políticas, éticas e ambientais N	1.17 823	0.92 724	t(1545)= 6.08; p<.000	1.01 1541
Participar numa manifestação N	1.17 837	0.86 739	t(1574)= 7.78; p<.000	0.96 1570
Participar num comício N	0.97 838	0.80 738	t(1574)= 4.40; p<.000	0.86 1569
Contactar político ou alto funcionário do estado N	0.91 834	0.71 734	t(1565)= 6.36; p<.000	0.77 1559
Dar dinheiro ou recolher fundos para causas públicas N	1.66 842	1.61 750	n.s.	1.63 1590
Contactar/aparecer nos <i>media</i> N	0.84 837	0.63 731	t(1566)= 6.75; p<.000	0.69 1556
Participar num fórum através da internet N	0.79 823	0.54 699	t(1519)= 6.67; p<.000	0.63 1500

Escala: 0 - nunca o faria a 3 – fez no último ano; Alpha de Cronbach=.84

	Metrópole	Portugal não metropolitano	Portugal
Média	1.11*	0.89*	0.97
N	783	651	1405

*Teste: t (1432) = 8.17; p <.001

Mais do que o capital social acumulado através da adesão a organizações pré-constituídas, tais como um partido ou um sindicato, possivelmente instrumentais para a carreira dos indivíduos, é sobretudo a automobilização, de caráter tendencialmente expressivo e frequentemente desinteressado (apoio a causas, por exemplo), que mais socializa e ressocializa os cidadãos, parecendo ser ela também que deixa maior lastro de memória política. Em suma, é através destas formas individualizadas e grupais de automobilização cívica, política e social que os direitos de cidadania são crescentemente exercidos, em especial na região metropolitana. A utilização da expressão *formas* não é trivial. Com efeito, o elemento distintamente novo nas práticas políticas dos habitantes da metrópole de Lisboa relativamente aos do resto do país, não é tanto o tipo de temas que compõem a sua agenda como sobretudo as formas de mobilização utilizadas.

Sendo estas formas de mobilização ativa, mais dependentes da iniciativa pessoal e grupal do que da convocatória das associações formais, aquelas que se revelarão mais estreitamente associadas ao exercício da cidadania, era lícito formular a hipótese de que as diferenças entre os cidadãos metropolitanos e não metropolitanos fossem ainda mais substanciais do que as diferenças relativas ao associativismo, como efetivamente são, com a única exceção de "dar ou pedir dinheiro para causas públicas", que é de fato mais frequente na metrópole de Lisboa mas a diferença não é estatisticamente significativa. Todos os outros indicadores, cobrindo um vasto leque de formas de automobilização, mostram que as pessoas da grande cidade ultrapassam os fatores que possam inibir a atividade cívica e política,

sejam eles traços estruturais da condição metropolitana como o isolamento e a falta de confiança, ou fenômenos como o declínio da prática religiosa e, mais recentemente, a suburbanização. No balanço entre os fatores que operam a favor e contra o envolvimento cívico, a população da metrópole de Lisboa exibe uma predisposição bastante maior para se envolver nesse tipo de atividades do que os habitantes das áreas não metropolitanas. Quanto às diferenças entre o centro e a periferia da metrópole, são significativas mas menores,²⁰ concentrando-se na participação em manifestações e nos contatos com a comunicação social, que são ambos mais frequentes do centro, como era de esperar.

Existe previsivelmente uma correlação significativa entre a pertença a associações e o conjunto das modalidades de automobilização, tanto na metrópole como fora dela.²¹ Como veremos adiante, essa relação é virtuosa, no sentido em que tanto o associativismo pode predizer a mobilização como o inverso, mas é a mobilização que se revelará o preditor mais forte dos dois, embora apresente correlações negativas com algumas formas de associação, nomeadamente as partidárias e as religiosas.

Assim, as duas modalidades de exercício da cidadania apresentam uma certa sobreposição entre elas, mas não deixam de se revelar formas distintas de exercer os direitos de cidadania. Na realidade, tratam-se de três modalidades e não apenas de duas como o modelo teórico postulava, já que a automobilização acaba por se dividir entre, por assim dizer, uma mobilização politizada (Fator 1 com o maior peso na variância explicada) e uma mobilização despolitizada, oposta simultaneamente às associações religiosas e sobretudo

Tabela 15 – AFCP dos indicadores de mobilização e associativismo – Portugal

	Factor 1	Factor 2	Factor 3
Participar em comício ou reunião política (mob)	0.766	0.206	0.036
Participar num fórum ou grupo de discussão através da Internet (mob)	0.732	0.017	0.119
Contactar/tentar contactar político ou alto funcionário (mob)	0.730	0.105	0.226
Participar numa manifestação (mob)	0.710	0.150	0.237
Contactar/aparecer na Comunicação Social para exprimir opiniões (mob)	0.694	0.073	0.174
Partido político (ass)	0.498	0.437	-0.449
Outra associação voluntária (ass)	0.061	0.686	0.317
Grupo desportivo, cultural, recreativo (ass)	0.217	0.657	0.161
Igreja ou outra organização religiosa (ass)	-0.089	0.599	-0.117
Sindicato, grêmio ou associação profissional (ass)	0.220	0.530	0.104
Dar dinheiro ou participar em peditórios para uma causa pública (mob)	0.186	0.230	0.646
Comprar/não comprar produtos por razões políticas, éticas ou ambientais (mob)	0.508	0.230	0.646
Assinar petição ou abaixo-assinado (mob)	0.529	0.163	0.554
Variância explicada (Total = 54%)	35%	11.1%	8.1%

às partidárias (Fator 3 com o menor peso), enquanto a pertença a um partido político se distribui, quase com o mesmo peso e sinal positivo, entre a mobilização mais politizada e o associativismo (Fator 2 com peso intermédio na variância explicada).

A pertença a associações formais tende, pois, a inserir-se num processo de acumulação de capital social de tipo convencional, que poderá efetivamente estar em declínio, como Putnam sugere, desde logo em termos geracionais e de gênero. Em vez disso, a mobilização pró-ativa – politizada e não politizada – parece gerar sobretudo um tipo de capital social que tem vindo a ser reconstruído, teoricamente, como um capital de ligação (*linking social capital*, por contraste com o *bonding* e o *bridging*), ou seja, um conjunto de “redes soltas e abertas (*open ended*), com participantes variados, normas partilhadas e objetivos comuns”, cujos níveis de confiança e de reciprocidade podem ser, contudo, “circunscritos

por demandas competitivas” (Baron, Field e Schuller, 2000, p. 14). A automobilização – casuística, pontual e muitas vezes espontânea – parece ser cada vez mais a regra do exercício da cidadania política. Como veremos adiante, é este último tipo de capital social que melhor explica hoje, na metrópole de Lisboa, o exercício pró-ativo dos direitos de cidadania.²²

Para uma explicação do exercício da cidadania

O argumento do presente capítulo desenvolveu-se em torno de dois eixos principais. Por um lado, aquilo que apelidamos de efeito metropolitano, isto é, a influência específica do fato de viver numa grande zona metropolitana sobre o exercício da cidadania política. Por outro lado, a evolução das diferentes modalidades desse exercício, sob a influência não

só do efeito-metropolitano, mas globalmente das mudanças societais que têm vindo a afetar a nossa área geopolítica. A relação entre os dois temas é tanto mais estreita quanto a metropolização e a suburbanização estão intimamente ligadas à emergência da cultura de massas e, posteriormente, de uma “nova cultura política” (Clark e Hoffman-Martinot, 1998), com uma acentuada marca urbana, orientada a valores e comportamentos frequentemente designados como pós-materialistas (Inglehart, 1997) e gradualmente desvinculada das clivagens de classe clássicas bem como das antigas lealdades partidárias. Iremos vendo, pois, em que medida a evolução das formas de envolvimento cívico e ação colectiva, porventura menos passivas e institucionais, mobilizando

indivíduos dotados de mais recursos sociais e cognitivos, se articula com os conteúdos da chamada nova cultura política.

Para já, a primeira conclusão ao nível do país é que o efeito-metrópole só é perceptível junto daqueles que exercem a sua cidadania política segundo a modalidade da automobilização. Em contrapartida, ao nível da região metropolitana, não se observa qualquer eficácia, ou seja, um eventual efeito diferenciador do centro em relação à periferia. Por outro lado, para Terry Clark, a nova cultura política caracteriza-se basicamente pela novidade dos seus temas. Ora, na verdade, há independência das formas em relação aos conteúdos da ação coletiva, embora se detecte, do associativismo para a mobilização, uma convergência gradual

Tabela 16 – Regressão Linear Múltipla:
associativismo e mobilização – Portugal

	Associativismo	Mobilização
Interesse pela política	–	–
Mobilização cognitiva	–	0.141***
Iniciativa e resposta política	0.144***	0.112***
Exposição aos <i>media</i> noticiosos	0.155***	0.132***
Confiança interpessoal	–	–
Classe social	0.078*	0.110***
Classe social subjetiva	–	–
Escolaridade	–	–
Rendimento	0.135**	0.082*
Sexo	-0.065*	0.055*
Idade	0.111**	-0.083*
Prática religiosa	0.182***	–
Socialização primária	–	–
Socialização secundária	0.220***	0.217***
Efeito-metropolitano	–	0.081**
Posição política (esquerda <i>versus</i> direita)	-0.103***	–
<i>Adjusted R</i> ²	21.4%	48.5%
<i>N (Minimum)</i>	1152	1152

Nota: Os valores são coeficientes de regressão estandardizados (betas) estatisticamente significativos: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$. As células vazias correspondem a coeficientes de regressão estandardizados estatisticamente não significativos ($p > 0,01$)

entre novos temas e novas modalidades de envolvimento na esfera pública. No caso presente, a nova cultura política é efetivamente nova porque são jovens os seus agentes. Tipicamente, o fator etário está presente em ambas as modalidades de exercício cívico: com o sinal mais no associativismo e menos na mobilização, daqui resultando que o primeiro é, objetivamente, uma modalidade antiga em relação à segunda, já que são mais velhos os seus aderentes.

Paralelamente, o associativismo surge como uma modalidade preferencialmente masculina (gênero presente com sinal negativo), enquanto a mobilização se distingue pela presença preferencial das mulheres (gênero presente com sinal positivo). Associada à juventude e à saliência da mulheres, mas dissociada da classe social e do nível de escolaridade, esta modalidade de participação política revela-se mais sofisticada e seletiva do que as anteriores formas de exercício da cidadania, como se depreende do fato de o fator com maior peso na automobilização ser a “mobilização cognitiva”, por sua vez ausente do associativismo, o qual mantém, por seu turno, uma relação paradoxalmente positiva com a maior orientação religiosa dos inquiridos e a sua maior inclinação para a esquerda. Já na região metropolitana este resultado paradoxal não se observa: o associativismo está associado à prática religiosa e a automobilização às posições de esquerda; a maior diferença passa pela superior exposição aos *media* noticiosos dos cidadãos mobilizados; a socialização secundária continua a ser a variável com mais peso em ambas as modalidades de exercício da cidadania.

À parte os traços assinalados, os perfis da população associada e mobilizada não são

muito diferentes. Ter opinião própria sobre um leque alargado de temas, tomar a iniciativa de se associar e mobilizar para defender essas opiniões e suportar os custos da iniciativa política exigem um conjunto de recursos socioculturais e até econômicos que não estão ao alcance de todos, como aliás indica a presença da variável rendimento em ambas as modalidades; ao mesmo tempo, ambas requerem também uma forte socialização política favorecida pela sociabilidade metropolitana e que revela ter o maior peso na explicação de ambas as modalidades de exercício da cidadania.

Uma vez que a capacidade explicativa do modelo analítico se revela muito superior para o caso da mobilização (49%) do que para o do associativismo (22%),²³ é lícito concluir que, hoje em dia, o exercício dos direitos de cidadania tende a manifestar-se de forma mais expressiva através da “geometria variável” da automobilização do que da pertença associativa, ou seja, através das formas convencionais do capital social.²⁴ O declínio destas formas convencionais observado por Putnam (2000) parece ser real, mas isso não dá conta da evolução das novas modalidades de produção de capital social, especialmente do tipo *linking*, do mesmo modo que são reais a fragmentação urbana e o declínio das sociabilidades tradicionais, sem que isso impeça a grande metrópole de continuar a produzir, por si só, um efeito estimulante para a abertura dos indivíduos à vida pública e à participação individual ou coletiva nos movimentos cívicos.

Contudo, Associativismo e Mobilização não se excluem mutuamente, como de resto já vimos. Com efeito, é possível clarificar, para concluir, a importante relação subsistente, tanto na metrópole como no resto do país, entre

Tabela 17 – Preditores do Associativismo²⁵
MRA (*Method Enter – block by block*)

	Portugal	Metrópole	Portugal não metropolitano
1º bloco			
Sexo	-0.076**	-0.127**	–
Idade	0.134***	0.158**	–
Escolaridade	–	–	–
Rendimento	0.114**	–	0.163**
Prática religiosa	0.188***	0.220***	0.167***
Socialização I	–	–	–
Socialização secundária	0.193***	0.157*	0.206***
Efeito metrópole (Lisboa <i>versus</i> resto do país)	–	–	–
2º bloco			
Interesse pela política	–	–	–
Iniciativa e resposta política	0.110***	–	0.132**
Mobilização cognitiva	–	–	–
Exposição aos <i>media</i> noticiosos	0.109**	–	0.140**
Posição política (esquerda <i>versus</i> direita)	-0.086**	–	-0.121**
3º bloco			
Mobilização	0.249***	0.362***	0.204***
<i>Adjusted R²</i>	25%	33%	22%
<i>N minimum</i>	1152	595	539
1º bloco <i>R² Change</i>	19%	26%	17%
2º bloco <i>R² Change</i>	4%	2%	6%
3º bloco <i>R² Change</i>	3%	6%	2%

Nota: Os valores são coeficientes de regressão estandardizados (betas) estatisticamente significativos: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$. As células vazias correspondem a coeficientes de regressão estandardizados estatisticamente não significativos ($p > 0,01$)

essas duas modalidades da cidadania através de duas análises de regressão segundo o método *enter block-by-block*, fazendo entrar isoladamente a mobilização como preditora do associativismo e, depois, o associativismo como preditor da mobilização.

Ao distinguirmos entre a região metropolitana e o resto do país, verifica-se que a adesão do associativismo ao modelo analítico da cidadania, sendo maior na metrópole, é no entanto nula ao nível das variáveis políticas propriamente ditas, ficando a explicação da variância a dever-se aos fatores

sociodemográficos, acrescidos no 3º bloco pelo impacto significativo da mobilização (6%), muito mais forte do que no resto de Portugal. Ou seja, em todo o país, mas especialmente na metrópole, a mobilização acaba por se revelar a variável com maior peso na explicação do associativismo, por outras palavras, o capital de ligação que sustenta muita da automobilização converte-se, frequentemente, em capital social convencional, através da adesão de associações formais ou até da criação de novos tipos de associações, como as ONGs, típicas da nova cultura política.

Tabela 18 – Preditores da Mobilização
MRA (*Method Enter – block by block*)

	Portugal	Metrópole	Portugal não metropolitano
1º bloco			
Sexo	0.077**	0.108**	–
Idade	-0.096**	-0.126**	–
Escolaridade	0.132***	0.133*	0.140**
Rendimento	0.084*	0.201***	–
Prática religiosa	-0.067*	–	-0.089*
Socialização primária	–	–	–
Socialização secundária	0.184***	0.136**	0.211***
Efeito metrópole (Lisboa <i>versus</i> resto do país)	0.083***	–	–
2º bloco			
Interesse pela política	–	–	–
Iniciativa e resposta política	0.086**	0.090*	0.080*
Mobilização cognitiva	0.152***	–	0.163**
Exposição aos <i>media</i>	0.111***	0.153***	0.104*
Posição política (esquerda <i>versus</i> direita)	–	–	–
3º bloco			
Associativismo	0.166***	0.246***	0.146***
<i>Adjusted R²</i>	50%	54%	44.4%
<i>N minimum</i>	1152	595	539
1º bloco <i>R² Change</i>	44%	46%	40%
2º bloco <i>R² Change</i>	5%	5%	5%
3º bloco <i>R² Change</i>	2%	4%	1%

Nota: Os valores são coeficientes de regressão estandardizados (betas) estatisticamente significativos: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$. As células vazias correspondem a coeficientes de regressão estandardizados estatisticamente não significativos ($p > 0,01$)

Quanto à automobilização, não só ela adere mais plenamente ao modelo da cidadania, sobretudo na Metrópole (54%), como o modelo se revela mais sofisticado, pois quase todas as variáveis consideradas contribuem para a sua explicação. Curiosamente, apesar de o efeito-metropolitano estar presente no conjunto do país, o que não sucedia com o associativismo, a diferença entre metrópole e não metrópole é menor do que no caso anterior. Finalmente, assim como a mobilização

contribuía para explicar a adesão às associações, também a pertença a estas últimas se revela o preditor mais forte para explicar a automobilização cidadã, embora um pouco menos do que o inverso (4% em vez de 6%). Neste sentido, o primado e a generalização que esta última modalidade de exercício da cidadania vem gradualmente assumindo contribuem afinal, de maneira muito significativa, para alimentar as formas mais convencionais da ação coletiva.

Manuel Villaverde Cabral

PhD em História pela École des Hautes Études en Sciences Sociales-Paris. Pesquisador Coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Lisboa – Portugal).

mvcabral@ics.ul.pt

Notas

* Este ensaio insere-se numa série de estudos promovidos no ICS enquanto membro do International Social Survey Programme [<http://www.issp.org/>] e, concretamente, no inquérito de 2004 relativo ao exercício da cidadania, cujo questionário foi complementado em Portugal e no Brasil por um conjunto de variáveis destinadas a avaliar o efeito-metropolitano sobre as modalidades de exercício ativo da cidadania política em grandes aglomerações urbanas como Lisboa e o Rio de Janeiro, por meio de uma sobre-representação das populações metropolitanas em relação ao resto de cada um dos países (Cabral e Silva, 2007).

(1) A expressão “metrópole de Lisboa” não corresponde exatamente ao conjunto administrativo da chamada Área Metropolitana, mas sim a um conjunto sociológico formado pela cidade de Lisboa e 11 concelhos limítrofes (por ordem alfabética): Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Loures, Moita, Odivelas, Oeiras, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira.

(2) O quadro resulta de uma adaptação da grelha concebida por John Goldthorpe (Erikson e Goldthorpe, 1993), correspondendo à presente redução da agregação em 7 categorias para 6, dada a impossibilidade técnica de distinguir os ativos agrícolas. Basicamente, as 6 categorias apresentadas resultam do cruzamento entre os dois eixos principais da estratificação social: o eixo da propriedade (a que pertencem as categorias da grande burguesia empresarial e das profissões liberais, da pequena burguesia patronal e dos trabalhadores manuais por conta própria) e o eixo do salariedade, em que se incluem os quadros médios e os profissionais técnico-científicos por conta de outrem, os assalariados do setor terciário e o operariado de fábrica, da construção civil e dos transportes, comunicações e energia. As distribuições entre as 3 categorias de topo foram controladas pelo nível de rendimentos e de instrução. Os reformados foram classificados de acordo com a última profissão exercida e os estudantes segundo a condição socioprofissional do pai. Finalmente, as mulheres inativas foram classificadas segundo o estatuto socioprofissional dos maridos quando casadas ou dos pais quando solteiras (Cabral, 1998b).

(3) A diferença é estatisticamente significativa: $\chi^2 = 25.52$; $p < .000$.

(4) $\chi^2 = 6.23$; $p < .01$.

(5) $\chi^2 = 31.44$; $p < .000$.

(6) O fundamento psicológico sobre o qual se constrói a individualidade das grandes cidades é a intensificação da estimulação nervosa, que resulta da mudança rápida de estímulos externos e internos (Simmel, 2004 [1903], p. 62).

(7) *Teste: $t(407) = -1.91$; $p < .01$.

(8) $\chi^2 = 24.40$; $p < .01$

- (9) A percentagem de cidadãos da metrópole de Lisboa que declarou não ter votado nas eleições precedentes (legislativas de 2002) é muito superior à do resto do país: 40% contra 25% ($\chi^2 = 37.21$; $p < .000$).
- (10) Não é possível apresentar estes dados fornecidos pelo mesmo inquérito do ISSP-2004, ao qual dedicaremos no futuro outro artigo.
- (11) * Teste: $t(388) = 3.41$; $p < .001$.
- (12) * Teste: $t(382) = 2.53$; $p < .01$.
- (13) Testamos não só a socialização como também a experiência política, nomeadamente sob o fascismo em Portugal e sob a ditadura militar no Brasil. Contudo, os dois testes sobre a experiência política ficaram prejudicados pelo elevadíssimo número de não respostas. Algo de semelhante aconteceu com um dos três testes sobre a socialização política, pelo que aqui apenas apresentamos os dois testes sobre a socialização primária e a secundária.
- (14) Teste: $t(399) = 5.13$; $p < .000$.
- (15) Teste: $t(378) = -2.12$; $p < .05$.
- (16) Teste: $t(405) = 4.04$; $p < .000$.
- (17) * Teste: $t(400) = 3.44$; $p < .001$.
- (18) Teste: $t(405) = 3.43$; $p < .001$.
- (19) Teste: $t(407) = 2.23$; $p < .05$.
- (20) * Teste: $t(376) = 2.51$; $p < .01$.
- (21)
- | Correlações entre Associativismo e auto-mobilização | Portugal | Metrópole | Não metrópole |
|---|----------|-----------|---------------|
| <i>Spearman Rho</i> | .38 | .46 | .31 |
- * $p < .05$; ** $p < .001$

- (22) O estudo comparativo em curso entre uma série de países europeus e americanos mostra que o fenómeno, com variações substanciais entre esses países, é contudo geral.
- (23) Na Metrópole, R2 ajustado=50% no caso da mobilização contra 27% no caso do associativismo.
- (24) Independentemente do efeito-metropolitano, que só foi possível testar para Portugal e para o Brasil, a adesão da mobilização ao modelo das modalidades de exercício da cidadania é superior à do associativismo em todos os países europeus onde testamos este modelo num artigo a publicar em breve.
- (25) 1º bloco: variáveis sociodemográficas (sexo, escolaridade, rendimento, idade, prática religiosa, socialização, efeito metrópole); 2º bloco: indicadores do módulo Cidadania (interesse pela política, mobilização cognitiva, iniciativa e resposta política, exposição aos media, posição política – esquerda *versus* direita); 3º bloco: mobilização/associativismo.

Referências

- ALABART, A.; GARCIA, S. e GINER, S. (orgs.) (1994). *Clase, poder y ciudadanía*. Madri, Siglo XXI.
- ALEXANDER, J. C. (ed.) (1998). *Real civil societies: dilemmas of institutionalization*. Londres, Sage.
- ALMOND, G. e VERBA, S. (1963). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston, Little, Brown and Co.
- _____ (eds.) (1980). *The civic culture revisited*. Boston, Little, Brown and Co.
- BARON, S.; FIELD, J. e SCHULLER, T. (eds.) (2000). *Social capital: critical perspectives*. Oxford, Oxford University Press.
- BEETHAM, D. (1994). *Defining and measuring democracy*. Londres, Sage Publications.
- BENJAMIN, W. (2000 [1935]). Paris, capitale de l'Europe du 19^e. siècle. *Œuvres*. Paris, Gallimard, v. 3, pp. 44-66.
- CABRAL, M. V. (1979). *Portugal na alvorada do século XX: forças sociais, poder político e crescimento económico*. Lisboa, Regra do Jogo (2^a edição 1984, Lisboa, Presença).
- _____ (1997). *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras, Celta.
- _____ (1998a). "Atitudes políticas e simpatias partidárias dos jovens portugueses". In: CABRAL, M. V. e PAIS, J. M. (orgs.). *Os jovens portugueses de hoje*. Oeiras, Celta.
- _____ (1998b). Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal. *Análise Social*, v. XXXIII, pp. 146-147.
- _____ (2000). "O exercício da cidadania política em Portugal". In: CABRAL, M. V.; VALA, J. e FREIRE, J. (orgs.). *Trabalho e cidadania*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 123-162.
- _____ (2001a). "Autoritarismo de Estado, distância ao poder e familismo amoral – uma pesquisa em progresso". In: COHN, A.; CAMARGO, A. e SANTOS, B. S. (orgs.). *Brasil-Portugal entre o passado e o futuro: o diálogo dos 500 anos*. Rio de Janeiro, EMC.
- _____ (2001b). Um quarto de século depois do 25 de Abril: balanço crítico de uma democracia consolidada. *Semear*, n. 5.
- _____ (2001c). "Práticas religiosas e atitudes sociais dos Portugueses numa perspectiva comparada". In: PAIS, J. M. (org.). *Religião e Bio-Ética*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- _____ (2003). O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, pp. 31-60.
- _____ (2004a). "Percepções e avaliações das desigualdades sociais e económicas em perspectiva comparada: Portugal, Brasil e outros países". In: CABRAL, M. V. et al (orgs.). *Desigualdades sociais e percepções da justiça*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 38-68.
- _____ (2004b). "Confiança, mobilização e representação política em Portugal". In: FREIRE, A.; LOBO, M. C. e MAGALHÃES, P. (orgs.). *Portugal a Votos – as eleições legislativas de 2002*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 301-331.
- _____ (2006). "Despotismo de estado e sociedade civil real em Portugal: distância ao poder, comunicação política e familismo amoral". In: CABRAL, M. V.; GARCIA, J. L. e JERÓNIMO, H. M. (orgs.). *Razão, Tempo e Tecnologia. Estudos em homenagem a Hermínio Martins*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 157-180.

- CABRAL, M. V. (a publicar). *Sociedade de consumo e efeito de classe-média*. Congresso da APODEMO, Lisboa 2006.
- CABRAL, M. V. e SILVA, F. C. da (2007). “Ciudad y ciudadanía en Portugal: El ‘efecto-metrópolis’ sobre el ejercicio de la ciudadanía política”. In: CLARK, T. N. e NAVARRO, C. J. (orgs.). *La nueva cultura política. Tendencias globales y casos iberoamericanos*. Madrid-Buenos Aires, Miño y Dávila Editores, pp. 311-333.
- CLARK, T. N. e HOFFMAN-MARTINOT, V. (orgs.). (1998). *The new political culture*. Boulder, Westview.
- COHEN, J. L. e ARATO, A. (1992). *Civil society and political theory*. Cambridge, The Mit Press.
- ERIKSON, R. e GOLDTHORPE, J. H. (1993). *The constant flux: a study of class mobility in industrial societies*. Oxford, Clarendon Press.
- ESTANQUE, E. (2003). “O efeito classe média: desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI”. In: CABRAL, M. V. et al. *Desigualdades sociais e percepções da justiça*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 69-105.
- FIELD, J. (2003). *Social capital*. Londres, Routledge.
- GRAFMEYER, Y. e JOSEPH, I. (orgs.) (2004). *L’Ecole de Chicago: naissance de l’écologie urbaine*. Paris, Flammarion.
- HALMAN, L. (2001). *The European Values Study: a Third Wave: Source book of the 1999/2000 European Values Study Surveys*. Tilburg University, WORC.
- INGLEHART, R. (1997). “The trend toward post-materialist values continues”. In: CLARK, T. N. e REMPEL, M. (eds.) (1997). *The Politics of Post-Industrial Societies*. Boulder, Westview.
- INKELES, A. e SMITH, D. H. (1974). *Becoming modern: individual change in six developing countries*. Cambridge, Harvard University Press.
- JOHNSTON, M. (1993). “Disengaging from democracy”. In: JOWELL, R. et al. (ed.). *International Social Attitudes. The BSA 10th Report, Aldershot*. Dartmouth, pp. 1-22.
- MARSHALL, T. H. (1992 [1950]). *Citizenship and social class*. Londres, Pluto Press.
- NEWTON, K. (1999). “Social capital and democracy in Europe”. In: DETH, J. W. van et al (orgs.). *Social capital and European democracy*. Londres, Routledge, pp. 3-24.
- _____ (2001). Trust, social capital and democracy in Europe. *International Political Science Review*, v. 22, n. 2, pp. 201-214.
- NOELLE-NEUMAN, E. (1995). *La espiral del silencio: opinión pública, nuestra piel social*. Barcelona, Paidós.
- NORRIS, P. (ed.) (1999). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford, Oxford University Press.
- OLSON, M. (1998). *A lógica da ação colectiva: bens públicos e teoria dos grupos*. Oeiras, Celta.
- PARK, R. E. (2004 [1925]). “La ville. Propositions de recherche sur le comportement humain en milieu urbain”. In: GRAFMEYER, Y. e JOSEPH, I. (orgs.). *L’École de Chicago: naissance de l’écologie urbaine*. Paris, Flammarion.

- PARK, R. E. (2004 [1926]). "La communauté urbaine: un modèle spatial et un ordre moral". In: GRAFMEYER, Y. e JOSEPH, I. (orgs.). *L'École de Chicago: naissance de l'écologie urbaine*. Paris, Flammarion.
- _____ (2004 [1929]). "La ville comme laboratoire social". In: GRAFMEYER, Y. e JOSEPH, I. (orgs.). *L'École de Chicago: naissance de l'écologie urbaine*. Paris, Flammarion.
- PORRAS NADALES, A. J. (org.) (1996). *El debate sobre la crisis de la representación política*. Madrid, Tecnos.
- PUTNAM, R. D. (1973). *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton, Princeton University Press.
- _____ (2000). *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. Nova York, Simon & Schuster.
- SANTOS, W. G. (1998). *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro, Rocco, pp. 63-114.
- SAPIRO, V. (2002). *Seeking knowledge and information as political action: a US historical case study* <http://www.plisci.wisc.edu/users/sapiro/research.htm>
- SIMMEL, G. (2004 [1903]). "Métropoles et mentalités". In: GRAFMEYER, Y. e JOSEPH, I. (orgs.). *L'École de Chicago: naissance de l'écologie urbaine*. Paris, Flammarion.
- _____ (2004 [1909]). "Digressions sur l'étranger". In: GRAFMEYER, Y. e JOSEPH, I. (orgs.). *L'École de Chicago: naissance de l'écologie urbaine*. Paris, Flammarion.
- TURNER, B. S. (1993). *Citizenship and social theory*. Londres, Sage.
- TURNER, B. S. e HAMILTON, P. (eds.) (1994). *Citizenship: critical concepts*. Londres, Routledge.
- VALA, J. e MARINHO, C. (2003). "Percepções de justiça social, confiança e avaliação do sistema político". In: CABRAL, M. V. et al. (orgs.). *Desigualdades sociais e percepções da justiça*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- WEBER, M. (1958 [1921]). *The city*. Nova York, The Free Press.
- WIRTH, L. (1938). Urbanism as a way of life. *American Journal of Sociology*, XLIV, julho, pp. 1-24.

Texto recebido em 30/abr/2009
Texto aprovado em 29/jun/2009